INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – CAMPUS SAPUCAIA DO SUL

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

ECONOMICA NA DÉCADA DE 1950

ÂNGELA ZINN

ERONDINA MARIA FAGUNDES

LUCIANE LOPES

RENATO PINHO

ECONOMIA

PROF° FÁBIO ROBERTO MORAES LEMES

SAPUCAIA DO SUL, 28 DE MAIO DE 2018.

SUMÁRIO

[1. INTRODUÇÃO 5](#_Toc515281322)

[2. SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951 – 1954) 6](#_Toc515281324)

[3. TRAJETÓRIA ECONÔMICA 7](#_Toc515281334)

[4. CONCLUSÃO 9](#_Toc515281341)

[5. REFERÊNCIAS 10](#_Toc515281351)

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará sobre os acontecimentos econômicos da década de 1950. Assim, mostrará os efeitos da política econômica do segundo período de Getúlio Vargas. Além disso, será retratada sua trajetória econômica até o término de seu mandato. Por fim, a conclusão deste estudo.

1. SEGUNDO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1951 – 1954)

A política econômica do segundo período de Getúlio Vargas pode ser compreendida de dois condicionantes: a) a herança deixada pelo Governo Dutra e b) a consecução de uma política econômica que buscava conciliar grupos de interesses divergentes ou antagônicos, o país estava diante de uma aceleração inflacionária concomitante do ao desequilíbrio fiscal, mas em contrapartida os balanços de pagamentos fossem positivos.

A evolução, portanto, pretendida pelo Governo Vargas consistia:

* 1° Equilíbrios fiscais e monetários;
* 2° Controle da inflação;
* 3° Afluxo de capitais;
* 4° Investimento em infraestruturas.

Nesse viés, importantes realizações propiciadoras a longo prazo de modernização do país: a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 que neste mesmo ano o país apresentou déficits comerciais, suas reservas em moedas conversíveis esgotaram-se e atrasos comerciais começaram a ser acumulados. No mesmo ano, o Brasil entrou em uma crise cambial. Sendo assim, a tentativa de controle inflacionário foi por meio do corte de despesas políticas e pelo aumento da arrecadação tributária, havendo um significativo controle no equilíbrio fiscal do país.

Com a imposição de uma política econômica ortodoxa, a inflação continuou a acelerar, apesar da expansão do crédito. Com isso, o produto apresentou robustas taxas de crescimento de 4,9% em 1951 e 7,3% em 1952. No ano seguinte, o cenário econômico sentia os reflexos da crise cambial, iniciada no ano anterior, onde havia a atrasos nas produções comerciais gerando desequilíbrio no balanço de pagamento, consequentemente, os afluxos de capitais e o financiamento externo norte-americano conforme salienta Viana e Vilela (2005), em decorrência das crescentes dificuldades econômicas e do agravamento das tensões sociais.

Em 17 de janeiro de 1953, o Governo editou a lei n° 1.807/53 popularmente conhecida como Lei do Mercado Livre que instituiu no país o sistema de taxas múltiplas de câmbio que objetivava estimular as exportações e ao mesmo tempo, desestimular as importações não consideradas essenciais. Além disso, buscava implantar uma taxa fixa do mercado responsável por 85% das exportações. Ademais, três taxas de câmbio flutuantes para as demais exportações a partir de combinações da taxa oficial (15%, 30% e 50%) e a taxa do mercado livre. No entanto, a nova política cambial não surtiu o efeito esperado.

1. TRAJETÓRIA ECONÔMICA

Em 1954, preocupado com o desgaste político de seu Governo, Getúlio Vargas, em 1° de maio de 1954, anuncia o aumento de 100% para o salário mínimo. Os problemas da política salarial inflacionista somam – com relação dificuldades relativas à exportação do café. A manutenção dos desequilíbrios fiscais e cambiais, estes provocados pela piora no mercado do café, acabaram por minar o programa de estabilização do ministro Osvaldo Aranha. E, como visto, também contribuiu para o insucesso aumento de 100% do salário mínimo.

O Governo Vargas perdeu o apoio entre as camadas médias urbanas devidas à aceleração inflacionária. Vargas também não conseguiu manter o apoio do setor empresarial e da área responsável pela comercialização de importações por causa das desvalorizações cambiais do setor industrial em decorrência do fato de as desvalorizações cambiais causarem o aumento dos custos de produção, além da política para o salário mínimo, e, por fim, do setor cafeeiro, devido à redução das exportações. O ambiente econômico deixado pelo Governo Vargas era de instabilidade, desequilíbrios no balanço de pagamentos, aceleração inflacionária e descontrole fiscal e monetário.

Assim, Eugenio Gudin assume o Ministério da Fazenda com o propósito de controlar a inflação. Acreditava-se que seus fatores geradores eram a monetização de déficit público e a expansão do crédito. Ademais, o país se encontrava dentro de uma grave crise cambial. Por isso, equacionar os desequilíbrios cambiais tornou-se prioridade em termos de política econômica. Para tanto, buscou-se empréstimos externos e a remoção das restrições aos fluxos de capitais. Todavia, além do problema relacionado ao café, a América Latina deixava de ser prioridade para o governo norte-americano de Eisenhower, o que gerou dificuldades na obtenção de financiamentos externos oficiais.

Neste cenário, a política de estabilização continha dois elementos centrais, dentre as medidas, encontra-se a destinação do compulsório bancário a Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), e não mais ao Banco do Brasil, bem como promoveu a limitação das operações de crédito realizadas pelo respectivo banco. Em relação aos aspectos fiscais, pretendia-se reduzir as despesas públicas e ampliar a arrecadação, porém, este último elemento sofreu restrição no Congresso Nacional, que não estava disposto a elevar a carga tributária. Em decorrência da política de Godin – principalmente no que tange a liquidez – Whitaker teve de enfrentar, pouco tempo após sua posse, uma crise bancária, que, devido à perda de confiança, propiciou uma corrida aos bancos no intuito de enfrentá-la.

Sendo assim, o sistema de taxas múltiplas chegou ao ápice no Governo Café Filho: eram dez taxas, sendo cinco de importação, quatro de exportação e uma de mercado livre. Tal condição contrariava a comunidade internacional, principalmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mas gerava importantes receitas fiscais para o Governo brasileiro. O plano de metas, desenvolvido no Governo Juscelino Kubitschek (JK), pode ser considerado um dos períodos de auge da industrialização via substituição de importação (ISI).

O presidente JK criou o Conselho de Desenvolvimento ligado a presidência da República, cujo objetivo era a delimitação de um conjunto de metas. O investimento delineado no plano de metas seria nas seguintes áreas: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. No entanto, destacam-se os setores da infraestrutura (energia e transporte) e de indústria de base, respectivamente. As principais metas do plano seriam nos seguintes setores: energia elétrica, carvão, petróleo, ferrovias, rodovias, siderurgia, cimento, indústria automobilística, indústria mecânica e material elétrico pesado. Os investimentos em infraestrutura, energia e transportes eram fundamentais, visto que a falta desta resultava em pontos de estrangulamento na economia brasileira. Outra meta do Governo de JK, porém não orçada no plano de metas, seria a construção de Brasília. Nota-se a importância de ressaltar os principais setores em que atuou o setor privado: automobilístico, construção naval, mecânica pesada e equipamentos elétricos.

1. CONCLUSÃO

Este período foi caracterizado pela revolução tecnológica com evidentes implicações sociais. No ponto de vista comunicacional, nota-se a influência marcante que este aspecto abrange, tendo em vista os altos índices de propagandas que ocorrem em emissoras de rádios e televisões que recém se tornam algo corriqueiro a população.

Além disso, os Estados Unidos tornam-se um modelo de prosperidade, os norte-americanos produzem bens pouco duráveis para o consumo, o estilo modernista Buahaus apresenta um design voltado à funcionalidade da vida moderna e tem como objetivo a fabricação de bens duráveis.

A política nos anos de 1950 marca-se pelos conflitos entre os blocos capitalistas e socialistas, dentre estes, são exemplos: Guerra Fria (1947-1991) e a Guerra do Vietnã (1955-1975) e no final da década, tem-se a Revolução Cubana (1959).

A partir de então, tem-se a continuidade do desenvolvimento de Getúlio Vargas. O Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) apresenta um Plano de Metas para o desenvolvimento econômico do país, cujo lema tornou-se “50 anos em 5”.

Contudo, o acontecimento mais relevante no plano econômico é a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, segundo o qual se estabelecia Comunidade Econômica Europeia (CEE), percursora da União Soviética.

No Brasil, o evento marcante é a criação da empresa estatal Petrobrás, em 1953, ainda no período Vargas. Além disso, foi um período de busca por capitais estrangeiros quando as multinacionais irão espalhar sua cadeia produtiva pelo mundo e pelo Brasil.

Getúlio Dornelles Vargas foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, sendo: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre 1937 e 1945 instalou a fase de ditadura, chamada de Estado Novo.

No dia 21 de abril de 1960, o Governo de Juscelino Kubitschek inaugura Brasília, ampliando o espaço econômico brasileiro significando um forte estimulo para o setor da construção civil.

Assim, portanto, desataca-se a importância de estudar os avanços históricos econômicos a fim de compreender a razão do atual cenário econômico.

1. REFERÊNCIAS

# BRASIL ESCOLA*. Era Vargas – Governo Democrático.* Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/historiab/getulio-vargas.htm. Acesso em 25 de maio de 2018.

# BRASIL ESCOLA*. Resumo Histórico-Econômico do Brasil: A Internacionalização da Economia e o Estado Empresário.* Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/geografia/resumo-historico-economico-brasil-internacionalizacao-economia.htm. Acesso em 25 de maio de 2018.

PINTO, TALES. *Projetos para a economia brasileira em 1950.* https://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/projetos-para-economia-brasileira-1950.html. Acesso em 28 de maio de 2018.

SCIELO. *A industrialização brasileira nos anos de 1950.* Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0101-41612009000300003. Acesso em 27 de maio de 2018.